



Mário Abrantes

2025 - O retorno aos caminhos da Paz e da Democracia

Devido aos receios impostos por um ambiente que a pouco e pouco se tem vindo a instalar no mundo (dito) Ocidental e que, qual versão atualizada do Grande Irmão de Orwell, vai condicionando a liberdade de expressão e de opinião de muitos, contam-se apesar de tudo, entre os mais genuínos desejos para o Novo Ano da maioria dos cidadãos, onde me incluo, a melhoria das condições de vida enquanto componente económica e social fundamental da Democracia, tanto no País, como na Região, o retorno aos caminhos do Desanuviamento e da Paz no Mundo, e a reversão do acelerado incremento da extrema-direita (do ultraconservadorismo, do neofascismo, do neonazismo ou do ultraliberalismo) tanto na Europa Comunitária como no Continente Americano.

Na minha interpretação pessoal e na conjuntura mais presente, no âmbito das componentes económica e social da Democracia, vejo aqueles desejos para 2025 especialmente focados na reposição e distribuição justa dos rendimentos que têm vindo a perder-se continuamente, em particular no mundo do trabalho; no retorno à importância do investimento em meios, estruturas e pessoal nos serviços públicos, cujas carências são cada vez maiores, mais gerais, e se mostram especialmente gravosas na saúde. Na situação que atualmente se vive, só um ingénuo ou um farsante, acharia intacta e preservada a Democracia no seu todo, sem aquilo a que Sérgio Godinho, cantando, muito bem apelidou de: "...o Pão, a Habitação, Saúde, Educação..."

Mas Sérgio Godinho, na mesma canção (que nasceu logo após o 25 de Abril de 1974), como muitos se recordarão, começa antes de tudo pela "Paz", e ela acabara de ser conquistada com o fim da Guerra Colonial e do colonialismo português. Mas, como todos os dias nos entra pelos olhos adentro, a(s) guerra(s) no mundo sucedem-se no século XXI a um ritmo alucinante, sucessivo, e nunca visto depois da última confrontação mundial. E cada vez com menos regras (malgrado estas constem de compromissos internacionais), mais cruéis, desumanas e devastadoras, e acabando por deixar de ser sequer uma guerra: "Isto é crueldade, não é uma guerra" (Papa Francisco), no caso da Palestina. A guerra Palestina/Israel acabou, de facto, por se transformar no crime de genocídio de um

povo, sem defesa digna de tal nome, sem protetores válidos em parte alguma do mundo, consentido por todas as grandes potências. Segundo fonte da ONU, desde 7 de outubro de 2023, em Gaza, não incluindo as (incalculáveis) que foram morrendo de fome, de sede e de frio, além das feridas sem cuidados médicos acessíveis, que em média UMA CRIANÇA EM CADA HORA tomba (e continua a tombar sem fim à vista) varada pelo impacto mortal de uma bala ou de uma bomba cúmplice fornecida pelos EUA ou por algum país da UE e disparada ou ejetada pelo exército ou pelas IDF terroristas de Israel. Sem dúvida um desejo urgente para 2025: o retorno aos caminhos da Paz!

Toda esta evolução perigosa tanto ao nível do culto da guerra e do belicismo, sob a capa da defesa, como da perversão da democracia, no nosso mundo mais próximo ou mais distante, está intimamente correlacionada, ora como causa, ora como efeito, com a ascensão contínua, cada vez mais infiltrada e influente na área do poder político, dos movimentos e organizações partidárias neofascistas, neonazis, reacionários, chauvinistas, retrógrados, racistas ou xenófobos, os quais se vão entrelaçando sob consentimento mútuo com o neoliberalismo político/económico dominante na Europa e nos EUA, representado especialmente pelos partidos de direita, com extensões até algumas áreas que se afirmam socialistas ou sociais-democratas. Legítimo e compreensível se torna, portanto, o desejo para 2025 de, pela denúncia e ação políticas, procurar romper com estes entendimentos e tentar encontrar outros que reforcem a unidade sim, mas entre democratas e amantes da Paz.

BOM ANO de 2025 !



André Silveira

SATA Não é uma Empresa

A SATA é nossa: O sentimento quase unânime e transversal, vincado nas mentes açorianas, é um lugar dito por todo o lado a que chamamos Açores. A frase "o propósito da SATA é servir os açorianos" é repetida (quase ao expoente da loucura) por políticos de todos os partidos e reflete um sentimento transversal às forças vivas da região, salvo as honrosas exceções, deixando claro que a SATA não é uma empresa como as outras. Acima de tudo, é um projeto político.

Quando uma empresa subordina sua gestão a objetivos políticos em vez de empresariais, é inevitável que a eficiência operacional e os resultados sejam comprometidos. Os objetivos não seguem lógicas empresariais, mas sim políticas, atendem a capital político e não ao melhor interesse do acionista, nós todos. Ainda mais, quando os objetivos não são assumidos, mas sim mantidos sub-repticiamente nas mentes deste, ou daquele político.

A SATA, desde que é detida a 100% pela Região, esteve sempre ao serviço do poder político. A empresa é usada para ganhar votos e agradar interesses, ou pior, como faz parecer a recente notícia da investigação judicial ao célebre negócio do Cachalote. Criar novas rotas, adequar tarifas sem racional económico ou manter rotas deficitárias não são decisões de gestão – são decisões políticas.

Por exemplo, as recentes declarações de Artur Lima acerca da possibilidade de a SATA voar para São Tomé, revelam bem como são traçadas as prioridades, e como cada vez que existem este tipo de afirmações, razoavelmente extemporâneas, a própria empresa, que querem privatizar, perde valor. Como se pode explicar a opção de continuar a operar as rotas do continente para Santa Maria, Pico e Faial, sem qualquer compensação depois do término do contrato de OSP's, a não ser com razões políticas, válidas ou não? Essas escolhas priorizam ganhos políticos imediatos, como votos ou simpatia popular, em detrimento da sustentabilidade de longo prazo. E isso faz toda a diferença.

Nos Açores, onde o transporte aéreo de passageiros e carga reveste-se de particular importância, a SATA é vista como um serviço público. O povo quer voos acessíveis e frequentes, e a classe política sabe bem, e por isso, usam a empresa para agradar, mesmo que isso prejudique a saúde financeira da SATA e, frequentemente, sem ter em

conta os efeitos de médio e longo prazo, com os resultados que se sabem.

A confusão entre o que é ser accionista de uma companhia aérea a operar no mercado concorrencial, e o que é a necessidade de haver obrigações de serviço público, sempre foi uma realidade, apesar de os instrumentos legislativos existirem, e apesar de existir consenso político à volta da necessidade de existirem OSP's, como acerca da necessidade de financiar esse sistema.

Esse modelo político tem custado caro aos Açores. Além da necessidade de assumir a totalidade da dívida da Azores Airlines, a necessidade de financiamento manterá-se no futuro até à hipotética privatização, e isso pesa nas contas de uma região pequena e com poucos recursos como são os Açores. Para uma região pequena e pobre, a dimensão atual e potencial do problema, configura-se como o desafio do século para os Açores, e, para os mais atentos, já o assim é há pelo menos década e meia.

Curiosamente, embora os políticos muitas vezes usem a SATA para ganhos políticos de curto prazo, como criar novas rotas ou baixar preços, o impacto financeiro negativo acaba por ser tão grande que não só limita a capacidade da empresa de operar eficazmente, como também mina a confiança do eleitorado na gestão pública. Essa combinação de problemas financeiros e percepção negativa tem levado, a médio e longo prazo, a perdas políticas significativas, como ficou claro no caso de Vasco Cordeiro, que, após anos de dificuldades financeiras da SATA, acabou por perder expressão eleitoral e, no final, o próprio poder. José Manuel Bolieiro corre o mesmo risco, se não conseguir resolver este dossier em tempo útil e sem mais danos para a região.

A SATA é, antes de tudo, política, e isso é o principal fator para entender as dificuldades que enfrenta num setor tão complexo e competitivo. Enquanto a lógica política prevalecer sobre a lógica empresarial e até sobre o bom senso, alcançar a sustentabilidade continuará a ser um objetivo distante, independentemente da qualidade da equipa de gestão. Para enfrentar este desafio, é essencial adotar uma abordagem corajosa que afaste de imediato a SATA da influência política, através de um processo de privatização ágil que garanta uma maioria significativa do capital em mãos privadas. Afinal, que investidor privado estaria disposto a aceitar uma intervenção política constante na gestão da empresa? Se o aceitar, será também muito mau sinal.